

WINNIE ALENCAR FARIAS

**OS DIREITOS HUMANOS DAS
PESSOAS MIGRANTES**


EDITORA
CEI

2023

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	19
SEÇÃO I - O PANORAMA DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS MIGRANTES	23
1 A GRAMÁTICA DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS MIGRANTES	24
1.1 O ASILO E O REFÚGIO.....	26
1.2 A APATRIDIA	28
1.3 A PROTEÇÃO HUMANITÁRIA.....	30
2 A RELAÇÃO ENTRE VULNERABILIDADE E OS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS MIGRANTES	31
2.1 MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	32
2.2 MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE HIPERVULNERABILIDADE	36
3 O HISTÓRICO E AS FASES DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS MIGRANTES	38
3.1 NO ÂMBITO INTERNACIONAL.....	38
3.2 NO ÂMBITO NACIONAL	41
SEÇÃO II - OS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS MIGRANTES NO SISTEMA JURÍDICO INTERNACIONAL	45
4 OS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS MIGRANTES NO SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ..	46
4.1 A PROTEÇÃO NORMATIVA DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS MIGRANTES NO SISTEMA GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS.....	50
4.2 A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS CONVENCIONAIS E NÃO CONVENCIONAIS DO SISTEMA GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS PARA A PROTEÇÃO DAS PESSOAS MIGRANTES.....	62
5 OS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS MIGRANTES NO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS	

HUMANOS.....	65
5.1 A PROTEÇÃO NORMATIVA DAS PESSOAS MIGRANTES NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	68
5.2 A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS PARA A PROTEÇÃO DAS PESSOAS MIGRANTES	70
6 OS DIREITOS ESPECIFICAMENTE RECONHECIDOS AS PESSOAS MIGRANTES E OS PRINCÍPIOS REITORES	77
6.1 O DIREITO À LIBERDADE, ÀS GARANTIAS JUDICIAIS E À ASSISTÊNCIA CONSULAR DAS PESSOAS MIGRANTES.....	78
6.2 O DIREITO À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS MIGRANTES E DA VIDA FAMILIAR.....	84
6.3 O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO.....	87
6.4 A VEDAÇÃO ÀS EXPULSÕES COLETIVAS	91
6.5 O DIREITO DE ASILO E A PROTEÇÃO ESPECÍFICA CONFERIDA ÀS PESSOAS APÁTRIDAS E ÀS PESSOAS MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR	93
6.6 O PRINCÍPIO DO <i>NON-REFOULEMENT</i>	98
SEÇÃO III - OS DIREITOS DAS PESSOAS MIGRANTES NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	103
7 A PROTEÇÃO NORMATIVA DAS PESSOAS MIGRANTES NO DIREITO BRASILEIRO	104
7.1 A LEI DO REFÚGIO (LEI Nº 9.474/1997).....	105
7.2 A LEI DE MIGRAÇÃO (LEI Nº 13.445/2017).....	108
8 A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS BRASILEIROS PARA A PROTEÇÃO DAS PESSOAS MIGRANTES	113
8.1. A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO JUDICIÁRIO.....	114
8.2. A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, DAS UNIVERSIDADES, DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIG) E DO COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS (CONARE)	121
9 A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS	

MIGRANTES NO BRASIL: DESAFIOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES	124
9.1. OS DESAFIOS NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS MIGRANTES NO BRASIL	128
9.2. AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS MIGRANTES NO BRASIL	129
CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS	145